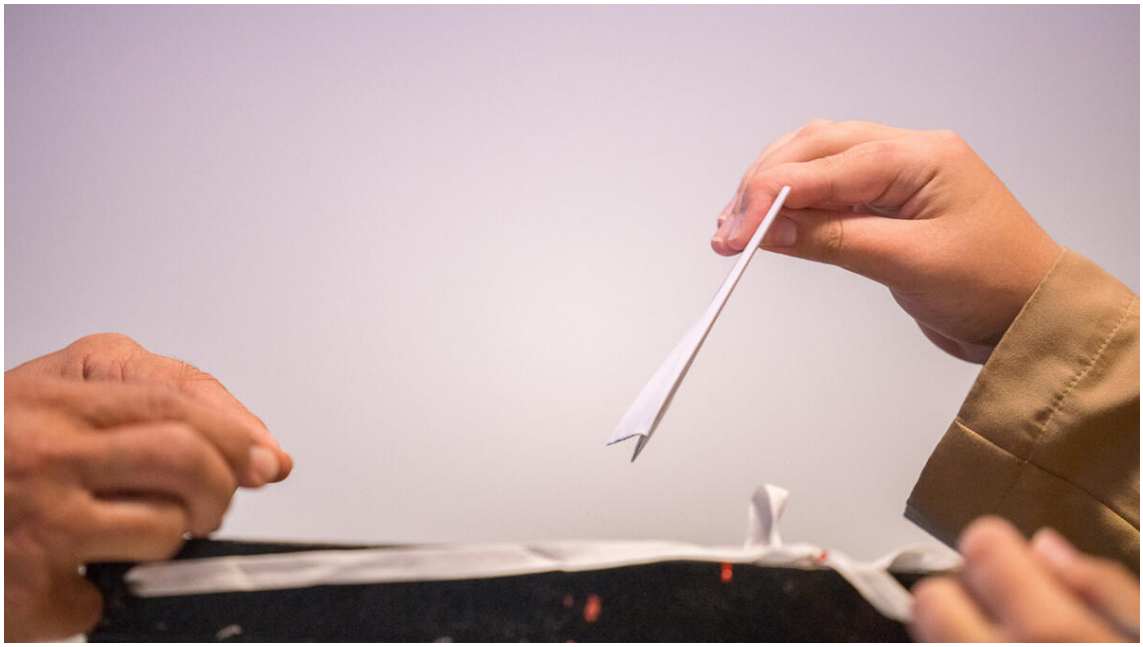

**Quando o desconhecimento sobre deficiência afasta eleitores de um direito constitucional**

Ainda há quem tente votar, mas não consegue. O problema vai muito além das questões de acessibilidade às (e nas) assembleias de voto. Muitas vezes, está nas próprias mesas de voto, a quem a lei confere autoridade para intervir, caso, por exemplo, se identifique uma "deficiência notória". Nas autárquicas, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) recebeu "dezenas de queixas" sobre o voto de pessoas com deficiência. "Há casos em que a mesa, pelo menos inicialmente, impediu o voto do eleitor."

O atestado multiusos não serve. Há também quem conteste o voto acompanhado, por colocar em causa o segredo ou as próprias convicções políticas. A consequência disto tudo? "Na maioria, é uma população que não vota e, como tal, o Estado não quer saber." É uma bola de neve que, apesar das conquistas, ainda não enche medidas.

Numa altura em que o país é chamado às urnas, a TSF dá-lhe a conhecer um projeto de voto acessível para todos, desenvolvido pela Federação Portuguesa de Paralisia Cerebral, e o testemunho de Daniel Maia, jovem de 28 anos com síndrome de down que não perde um telejornal e "orgulha-se em votar".

A lista de dificuldades no acesso ao voto por parte de pessoas com deficiência é grande e divide-se em três grandes momentos: sair de casa, chegar à assembleia de voto e exercer o direito de voto. Em parte, várias dependem de políticas públicas. Outras, devem-se ao desconhecimento que ainda existe na população sobre a deficiência.

Comecemos então pelo início. "Como é que uma pessoa com deficiência chega à assembleia de voto?", questionou a vice-presidente da Associação Portuguesa de Deficientes, Helena Rato, em conversa com a TSF.

"Muitas pessoas com deficiência vivem num apartamento. Têm de chegar à porta da rua. Conseguem chegar, se tiverem elevador. Depois, se está na porta da rua, têm de ter transporte para chegar à assembleia de voto", disse, já que conhece de perto a realidade.

Em junho de 2024, Helena Rato chegou com a filha Gabriela, de 59 anos, a uma escola do concelho da Ericeira para votar nas europeias. Contou-nos que o portão da escola era muito estreito para entrar com a cadeira de rodas da filha e que a única entrada que permitia a passagem estava fechada e o segurança não tinha a chave. A solução? "Votou à porta da escola."

"São coisas assim um bocado à portuguesa", atirou, considerando que há alguma "incompetência" por parte do Governo, em particular na aplicação da Lei das Acessibilidades. Faltam passeios sem rebaixamento, rampas com uma inclinação ajustada e, acima de tudo, fiscalização. "E também as autarquias têm de saber onde é que as pessoas com deficiência estão e quais são os problemas que têm", sublinhou Helena Rato.

O caso a que acabamos de dar voz é um exemplo também de quem consegue sair de casa com algum esforço por parte da família. No entanto, ao longo desta reportagem a TSF cruzou-se com outras pessoas que têm pais sem condições para tal e, portanto, são inúmeros os que estão fechados em casa e, consequentemente, não votam. Mas também não precisamos de nos focar apenas nas pessoas com mobilidade condicionada, ou com outra deficiência fisicamente visível. São vários os que não votam, porque não conseguem ouvir.

O alerta é deixado pelo presidente da Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS). Em causa, explicou-nos Pedro Costa, estão as opções dos próprios candidatos e campanhas que "não fazem menção às questões da comunidade surda".

"Por vezes, nas redes sociais podem colocar um vídeo ou outro legendado, mas são muito pontuais. Quando têm encontros de rua, almoços ou comícios não existe interpretação em língua gestual. Há uma maioria que, certamente, não vai votar exatamente por isto." É uma luta já "com muitos anos" e longe de estar ganha. Nestas presidenciais, por exemplo, Pedro Costa reconheceu que as prioridades continuam a ser as "maiorias" e lamentou que continue a existir quem olhe para pessoas com deficiência como "pessoas com um custo associado".

"Tem de haver investimento. Nós somos cidadãos portugueses, somos todos humanos, temos deveres e, portanto, o voto é para todos e a acessibilidade à informação também deve ser para todos."

De facto, a Lei Eleitoral para Presidente da República (Decreto-Lei n.o 319-A/76, de 3 de maio) refere que "são eleitores os cidadãos portugueses recenseados no território nacional e os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro que se encontrem inscritos nos cadernos do recenseamento eleitoral nacional". Sobre o voto dos deficientes (art. 74.º), a lei define o seguinte:

– O eleitor afetado por doença ou deficiência física notórias, que a mesa verifique não poder praticar os atos descritos no artigo 87.° - modo como vota cada eleitor - vota acompanhado de outro eleitor por si escolhido, que garanta a fidelidade de expressão do seu voto e que fica obrigado a sigilo absoluto;

– Se a mesa deliberar que não se verifica a notoriedade da doença ou deficiência física, exige que lhe seja apresentado no ato de votação atestado comprovativo da impossibilidade da prática dos atos referidos no número anterior emitido pelo médico que exerça poderes de autoridade sanitária na área do município e autenticado com o selo do respetivo serviço.

Teoricamente, está tudo previsto na lei para que o direito ao voto seja garantido a todos. Mas, mais uma vez, nem todos conseguem lá chegar e, por falta de condições, acabam por não conseguir exercer um direito que é seu. Além das dificuldades que antecedem o momento de votação, há também obstáculos nas assembleias de voto. Desde questões de acessibilidade a mesas demasiado altas, há quem vá mais longe e se queixe mesmo da postura e desconhecimento que existe por parte de quem está nas mesas e a quem a lei confere alguma autoridade.

Nas eleições de 18 de maio de 2025 para a Assembleia da República, a CNE recebeu oito queixas relacionadas com eleitores com deficiência. Já nas autárquicas de outubro do ano passado, houve "um maior número de queixas, foram dezenas". "Muitas são sobre dificuldades de acesso ao local de voto, mas também há alguns casos em que a mesa,

pelo menos inicialmente, impediu o voto acompanhado do eleitor", confirmou o porta-voz André Wemans à TSF.

Há quem se queixe que apresenta um atestado multiusos – um documento oficial que comprova o grau de incapacidade física ou mental de uma pessoa – e mesmo assim é remetido para um centro de saúde. Há quem se queixe que a deficiência não é notória à primeira vista, mas como têm dificuldade em expressar-se acabam por ter de apresentar igualmente um atestado médico, ou sujeitar-se a um escrutínio que consideram discriminatório.

"Infelizmente há situações pontuais em que temos verificado existirem algumas dessas dificuldades e o que fazemos neste momento é esclarecer as mesas com toda a informação possível", sublinhou André Wemans.




É um esforço que ainda não enche medidas. Pelo menos, para a Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC) que, revelou à TSF, recebe "queixas de pessoas em que as mesas consideram, erradamente, não terem autonomia ou capacidade, confundindo paralisia cerebral com uma eventual deficiência mental".

E assim vamos ao encontro de uma história e de uma solução que até hoje nunca mereceu atenção de um Presidente da República, mas (quem sabe) poderá vir a tornar Portugal mais inclusivo.

Em 2014, no meio de uma conversa com um amigo com paralisia cerebral, Rui Coimbras, líder da FAPPC, percebeu que havia quem não fosse votar porque tinha de ir acompanhado. Num caso que lhe é próximo, contou-nos que esse amigo, Zé Rui, deixou de gozar de um direito porque "não se queria humilhar perante o pai", que tinha uma opinião política diferente da dele.

"O Zé Rui é uma pessoa com doutoramento na Faculdade de Ciências do Porto, é completamente racional, por isso eu fiquei a pensar como podíamos resolver esta questão. Como posso ajudá-lo?", questionava-se, com a certeza de que "todas as eleições em Portugal são inconstitucionais" por não respeitarem o art.10 º da Constituição que diz que o voto é secreto.

Para nos explicar um pouco da "discriminação" que sente até hoje e que Zé Rui sentiu, o presidente da FAPPC fez um teste. Deu à TSF um boletim de voto e pediu que tentasse votar com as mãos nos bolsos. Ou então de olhos fechados. "É embaraçoso, não é?" Foi uma questão que nem precisou de resposta e que abriu caminho para uma demonstração do projeto Voto Acessível, criado pelo próprio em colaboração com o grupo IBM/Softinsa.

Em cima da mesa estava um ecrã, um teclado, um rato, um botão vermelho, um pedal amarelo, uns auscultadores e uma impressora. Aproximámo-nos do sistema que dava as

boas-vindas às "Presidenciais de 2026". De seguida, ouvimos as explicações: "Este som indica que carregou numa tecla ou num botão. Clique num para continuar."

"Existem 14 opções, mais o voto em branco, mais o voto nulo. Opção 1: Luís Ricardo Moreira de Sousa; Opção 2: André Pestana da Silva. (...)"

Feita a nossa escolha, saiu um papel com um QRCode encriptado, impossível de ler com um smartphone não autorizado. A votação estava feita e o papel pronto a ser colocado na urna. Rui simulou também uma contagem de votos para mostrar a credibilidade do projeto. Leu o QR Code por duas vezes: na primeira, apareceu o nome do candidato; na segunda, deu erro com a mensagem "duplicado".

O projeto de Voto Acessível, já reconhecido e distinguido pelas Nações Unidas, "funciona completamente offline, por razões de segurança". Ao contrário do voto eletrónico, este sistema não acarreta um conjunto de complexidades e ameaças externas que podem colocar em causa a legitimidade democrática, explicou.

Rui Coimbras: "É um projeto distinguindo internacionalmente, mas ignorado olimpicamente por Portugal. O país não tem soluções e recusa-se a aceitar esta. Nós estamos a apresentar uma solução. Podem existir mais, mas neste momento em que há pelo menos uma, isto deixa de ser uma opção, mas sim uma obrigação. O Estado não pode discriminar o cidadão. Temos 50 anos de democracia em Portugal, agora é preciso olhar para a oportunidade de mostrar que somos capazes de fazer algo verdadeiramente inclusivo para as pessoas com deficiência."

Depois da demonstração, Rui Coimbras sentou-se à mesa com a TSF e, durante uma hora, falou sobre outras dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência na participação política. Para o presidente da Federação Portuguesa de Paralisia Cerebral, é fundamental fazer "uma clarificação" à lei, "sensibilizar e dar formação a quem está nas mesas de voto". "São como os juízes que negam o direito de voto às pessoas. E isso tem de ser muito bem fundamentado. Não é só porque uma pessoa fala mal ou tem alguma dificuldade em expressar-se que tem de ter esse direito recusado. Eu próprio já tive situações em que, devido à minha fala, rapidamente começaram com um discurso associado a um défice cognitivo", disse, sublinhando que o problema se estende a outras situações do quotidiano.

Rui Coimbras: "Os estereótipos que estão associados à deficiência são enormes. Imagine que eu vou com a Maria a um sítio qualquer e faço uma pergunta. A pessoa responde à Maria, eu volto a fazer a pergunta e mesmo assim respondem à Maria e não a mim."

Questionado sobre se estas barreiras todas acabam por desmotivar as pessoas a irem votar, Rui Coimbras foi claro: "Sem dúvida que sim, mas isso é só uma ponta do iceberg."

"E já que falamos em presidenciais, partilho aqui que já fizemos vários pedidos ao Presidente da República para ver esta solução e nunca conseguimos. E eu isso não consigo perceber", prosseguiu, deixando o desafio a Belém.

"A deficiência será sempre um custo permanente, mas o que é caro é não investir", atirou, com críticas ainda aos slogans políticos que prometem "não deixar ninguém para trás".

A discussão sobre acessibilidade ao voto tende a centrar-se nas limitações. Raramente se fala das capacidades. Para contrariar a tendência, a TSF dá-lhe agora a conhecer um testemunho que desmonta preconceitos com factos. Daniel Maia tem Trissomia 21, acompanha a atualidade política, forma uma opinião e vota sozinho. Sempre votou.

Daniel entra na assembleia de voto com a mesma naturalidade com que entra no trabalho, no treino ou numa pista de dança. Mostra o cartão de cidadão, recebe o boletim, dirige-se sozinho à cabine e faz um X no quadrado do candidato que escolheu. "Tenho muito orgulho em ser cidadão português", confessou à TSF.

Num país onde ainda persiste a ideia de que pessoas com deficiência cognitiva não compreendem a política ou não estão aptas a decidir, a história de Daniel contraria o

preconceito com factos simples: acompanha a atualidade, vê notícias, conversa sobre política com amigos e tem espírito crítico. "Ensinaram-me muito bem a votar. É só fazer um X no quadradinho", explicou, com a clareza de quem sabe exatamente o que está a fazer.

Nunca foi impedido de votar. Nunca lhe pediram atestados. Nunca sentiu discriminação dentro da sala de voto. Vai sozinho para a sua mesa, como qualquer outro eleitor.

A normalidade deste gesto é, afinal, o que mais incomoda os estigmas.

A mãe, Benilde Silva, acompanhou Daniel aos estúdios da TSF, onde partilhou que o filho está, aliás, a estudar o código da estrada e a preparar-se para tirar a carta de condução, depois de ter passado nos testes psicotécnicos.

"Ele teve uma psicóloga no ensino secundário que disse: 'Olhe, tem de se mentalizar que o seu filho nunca vai conseguir tirar a carta.' Eu só espero pelo dia que ele tenha a carta para contactar essa psicóloga e mostrar-lhe porque ouvir coisas dessas é terrível para os pais", partilhou.

Daniel trabalha num restaurante de fast-food, em regime part-time, por escolha própria. "Sociável", "muito querido e meigo", os colegas "adoram-no" e quando se ausenta dizem: "Volta que já temos saudades tuas." Daniel representa também Portugal na seleção nacional de futebol para atletas com Síndrome de Down. É atleta do FC Porto, campeão europeu e marcou golos decisivos numa final internacional. Dança, sobe a palcos e já foi finalista no programa Got Talent. Vive integrado - não apesar da deficiência, mas com ela.

"Eu orgulho-me de ter Trissomia 21. Sinto-me feliz agora", partilhou.

O mesmo para a mãe? "Claro que sim. Nunca imaginei que o Daniel conquistasse tantos sonhos quando ele nasceu. Os exemplos que eu tinha eram de pessoas que ficavam em casa, que não tinham emprego, que tinham muitas limitações, que não conseguiam ir à escola... Nem existia inclusão na altura. Portanto, para mim foi um bocado dramático quando ele nasceu, mas eu pensei: 'Não, eu vou fazer o melhor que posso com o Daniel e vamos fazer tudo para abrir o máximo de portas possíveis.' E realmente não pensei que ele tivesse tantas conquistas."

E é aqui que o voto ganha outro significado. Não é apenas um direito legal. Votar é um símbolo de pertença. Um lugar ocupado sem favores. Daniel concordou e mostrou-nos como, se calhar, daria um ótimo governante com consciência das dificuldades e necessidades das pessoas com deficiência.

"Faltam elevadores, faltam rampas. Falta muita coisa", atirou.

"A chave está em acreditar", repetiu a mãe. "Primeiro acreditar neles. Depois fazê-los acreditar."

▸▸▸ www.tsf.pt/politica/artigo/quando-o-desconhecimento-sobre-deficiencia-afasta-eleitores-de-um-direito-constitucional/18040078